



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2023

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Quotistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com as disposições e diretrizes previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda. - Mux Energia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Cenário

A Mux Energia, atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 79 anos de existência. A produção de energia é integrada por uma PCH interligada com o sistema de distribuição.

Com sede em Tapejara -RS, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Concessionária com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 64 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

Geração e Distribuição de Energia Elétrica

Geração

A Concessionária possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2023 foi de 2,57 MWh.

Distribuição

A Concessionária distribui energia elétrica para as áreas urbanas de Tapejara e Ibiaçá no Rio Grande do Sul.

 Área de Concessão



Número de Consumidores – No ano de 2023 houve um aumento de 176 consumidores, sendo 137 Residenciais, 38 Comerciais, 04 Poderes Públicos, 01 Consumidor Livre e diminuições de 04

industrial, totalizando 12.786 consumidores atendidos pela Mux Energia, número 1,40% superior à 2022.

Consumidores	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	10.011	10.242	10.477	10.653	10.790
Comercial	1.645	1.678	1.736	1.766	1.804
Industrial	69	65	66	64	60
Rural	16	14	14	14	14
Poderes Públicos	82	80	79	82	86
Iluminação Pública	6	6	5	5	5
Serviço Público	17	17	18	19	19
Consumo Próprio	4	4	4	4	4
Consumidor Livre	1	2	2	3	4
Total	11.851	12.108	12.401	12.610	12.786
Variação	2,22%	2,17%	2,42%	1,69%	1,40%

No quadro a seguir destacamos a variação percentual do número de consumidores faturados em dezembro de 2022 e 2023 por classe de consumidores:

Classe	2023	2022	%
Residencial	10.790	10.653	1,29%
Comercial	1.804	1.766	2,15%
Industrial	60	64	-6,25%
Rural	14	14	0,00%
Poder Público	86	82	4,88%
Iluminação Pública	5	5	0,00%
Serviço Público	19	19	0,00%
Cosumo Próprio	4	4	0,00%
Consumidor Livre	4	3	33,33%
Total	12.786	12.610	1,40%

Comportamento do mercado -A distribuição de energia na área de concessão da Mux Energia no ano de 2023, foi de 78.939 MWh (76.701 MWh em 2022).

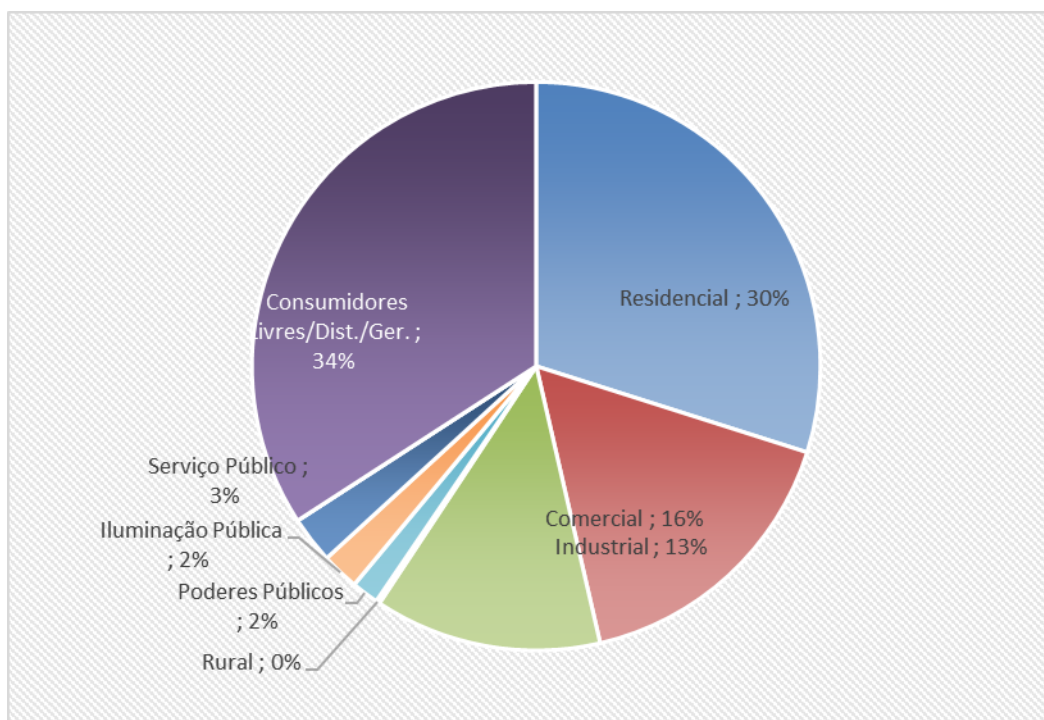
Dentre os consumidores cativos, a classe de consumo com maior relevância é a residencial que representa 29,89% do total do faturamento. E nos consumidores livres há uma ascendência na opção por esta modalidade que já representa 34,13% do total do faturamento.

A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Consumidor	2023 (MWh)	Part %	2022 (MWh)	Part %	Taxa Crescimento %	
					2023/2022	2022/2021
Residencial	23.594	29,89	22.545	29,39	4,65	5,26
Industrial	10.191	12,91	21.923	28,58	-53,51	-12,42
Comercial	13.011	16,48	12.318	16,06	5,62	6,70
Rural	171	0,22	167	0,22	2,80	-0,11
Poder Público	1.216	1,54	1.160	1,51	4,84	35,51
Iluminação Pública	1.690	2,14	3.369	4,39	-49,83	-7,95
Serviço Público	2.099	2,66	2.010	2,62	4,45	12,58
Consumo Próprio	25	0,03	27	0,04	-5,63	8,00
Consumidor Livre	26.941	34,13	13.182	17,19	104,38	12,77
Total	78.939	100	76.701	100	2,92	0,68

Mercado Atendido - GWh	2019	2020	2021	2022	2023
Energia Faturada	66,252	64,616	64,491	63,519	51,998
Fornecimento					
Residencial	19,651	21,230	21,419	22,545	23,594
Comercial	10,954	10,944	11,545	12,318	13,011
Industrial	29,135	26,279	25,033	21,923	10,191
Rural	0,217	0,216	0,167	0,167	0,171
Poderes Públicos	0,893	0,695	0,856	1,160	1,216
Iluminação Pública	3,788	3,624	3,660	3,369	1,690
Serviço Público	1,588	1,602	1,785	2,010	2,099
Consumo Próprio	0,026	0,026	0,026	0,027	0,026
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Dstribuição	8,943	12,952	11,689	13,182	26,941
Consumidores Livres/Dist./Ger.	8,943	12,952	11,689	13,182	26,941
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	75,195	77,568	76,180	76,701	78,939
Varição	8,51%	3,16%	-1,79%	0,68%	2,92%

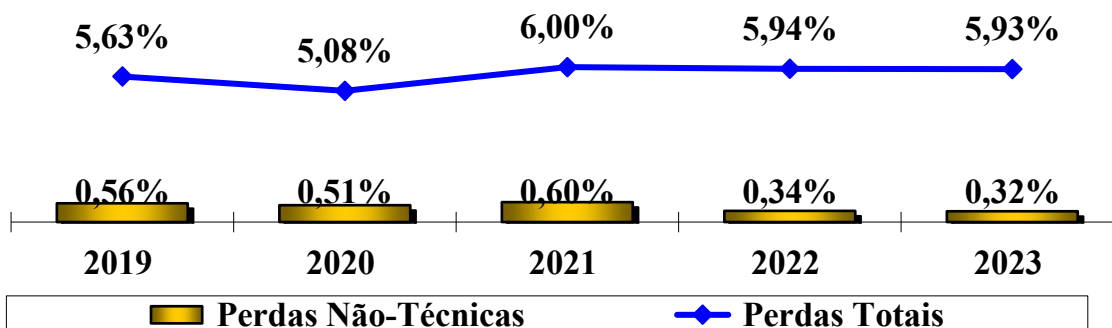
O gráfico a seguir demonstra o percentual de consumo de energia elétrica por classe de consumo:



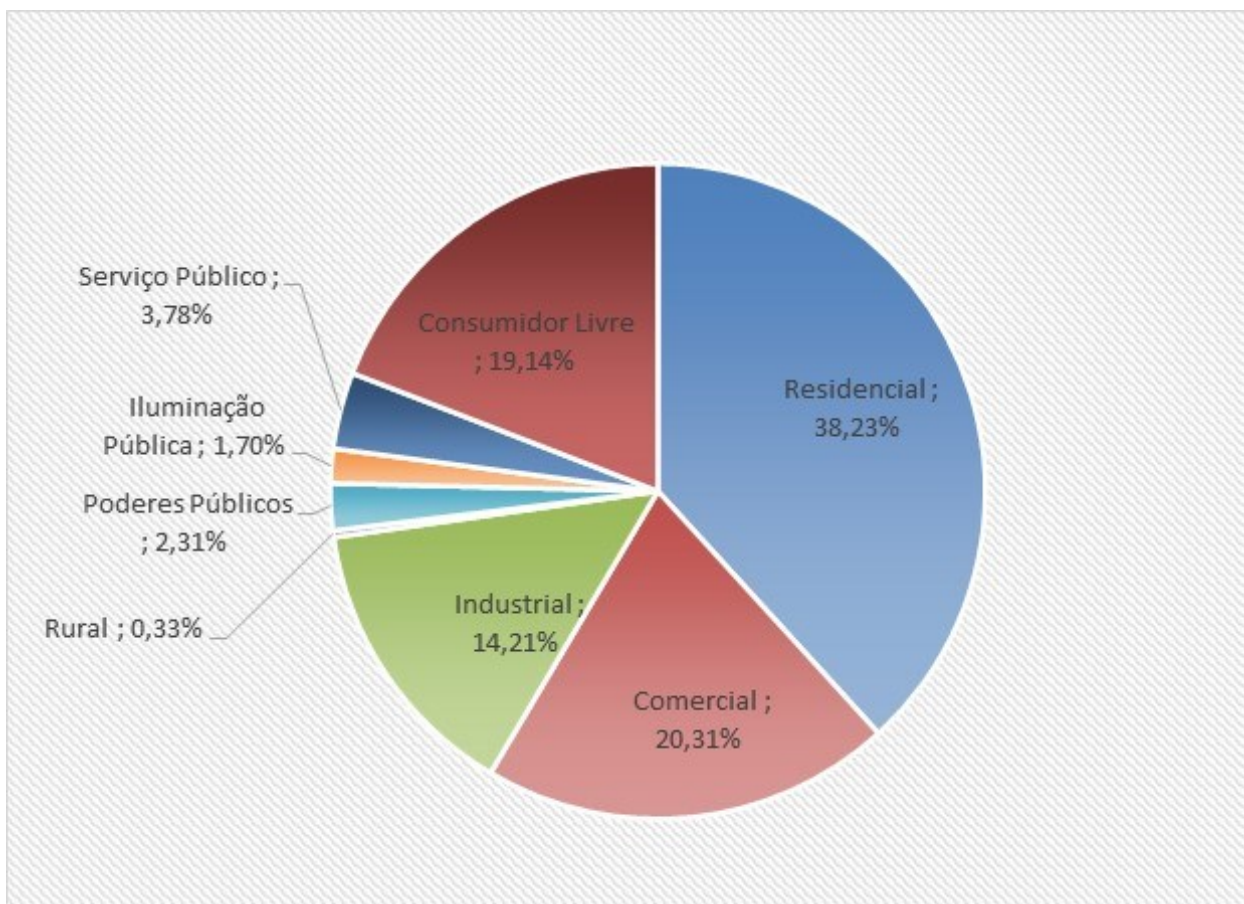
Balço Energético

Energia Requerida - GWh	2019	2020	2021	2022	2023
Venda de Energia	66,23	64,59	64,47	63,49	51,97
- Fornecimento	66,23	64,59	64,47	63,49	51,97
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	8,94	12,95	11,69	13,18	26,94
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	75,17	77,54	76,15	76,67	78,91
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Pernas na Distribuição	4,49	4,16	4,87	4,84	4,97
Perdas Técnicas	4,04	3,74	4,38	4,57	4,70
Perdas não Técnicas - PNT	0,45	0,42	0,49	0,27	0,27
PNT / Energia Requerida %	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
Perdas Totais - PT	4,49	4,16	4,87	4,84	4,97
PT / Energia Requerida %	0,06	0,05	0,06	0,06	0,06
Total	79,66	81,70	81,02	81,52	83,89
Suprimento	59,12	64,17	65,32	63,73	61,38
Consumidor Livre	8,64	8,94	12,11	11,69	13,18
Geração Própria	5,72	6,04	3,57	4,36	4,52
Microgeração	0,03	0,20	0,59	1,24	2,59
Total	73,51	79,35	81,59	81,02	81,67

As perdas totais de energia sobre a energia requerida estão representadas no gráfico abaixo:



Consumo por classe de consumidores



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, importou em R\$ 34.182 mil, representando uma queda de 4,94 pontos percentuais em comparação com o ano anterior, conforme quadro a seguir:

Consumidores	2.023	2.022	Variação%	% Receita por classe
Residencial	13.069	13.862	-5,72%	38,21%
Comercial	6.941	7.267	-4,49%	20,29%
Industrial	4.857	9.929	-51,08%	14,20%
Rural	115	73	57,53%	0,34%
Poderes Públicos	789	676	16,72%	2,31%
Iluminação Pública	581	1.224	-52,53%	1,70%
Serviço Público	1.293	1.216	6,33%	3,78%
Consumo Próprio	16	19	-15,79%	0,05%
Consumidor Livre	6.541	1.710	282,51%	19,12%
Total	34.202	35.976	-4,93%	100,00%

Qualidade do fornecimento - A ANEEL exige que todas as distribuidoras certifiquem o processo de coleta e apuração dos indicadores de continuidade DEC e FEC, com base nas normas da

Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9000.

Os indicadores DEC (duração equivalente de interrupções por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupções por unidade consumidora) são os dois principais indicadores que representam a qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

o	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2023	3,35	3,20	0,57
2022	1,47	0,98	0,63
2021	3,90	2,60	0,61
2020	1,02	0,86	0,58
2019	1,97	2,00	0,67

Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.221 de 18 de julho de 2023 homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual – RTA da MUX Energia, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 7,51%, sendo de 4,30%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão, e de 9,64%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Classe	Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh	
	Sem Impostos	Com Impostos
Residencial	659,82	830,01
Comercial	659,82	830,01
Industrial	659,82	830,01
Rural	659,82	780,89
Poderes Públicos	659,82	830,01
Iluminação Pública	362,90	456,50
Serviço Público	659,82	830,01

Tecnologia da informação - O desenvolvimento das diversas áreas de negócios da Mux Energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Mux Energia faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura). Em 2023, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

Aquisições:

01 Computador Desktop Core I5-11400 8GB DDR4

01 SSD 960 GB para Servidor HP ML150

20 remotas LoraWan utilizados em telecomunicação com medidores de qualidade de energia de Baixa tensão

03 remotas GPOET/GPRS/Ethernet para medidores de Média Tensão

Licença de uso de sistema de ChatBot – Automação de WhatsApp

Licença de uso de sistema de envio e gerenciamento de projetos elétricos oriundos de terceiros – P3
 Certificado digital SSL para Servidor de Aplicação, protegendo os dados trafegados através de criptografia.

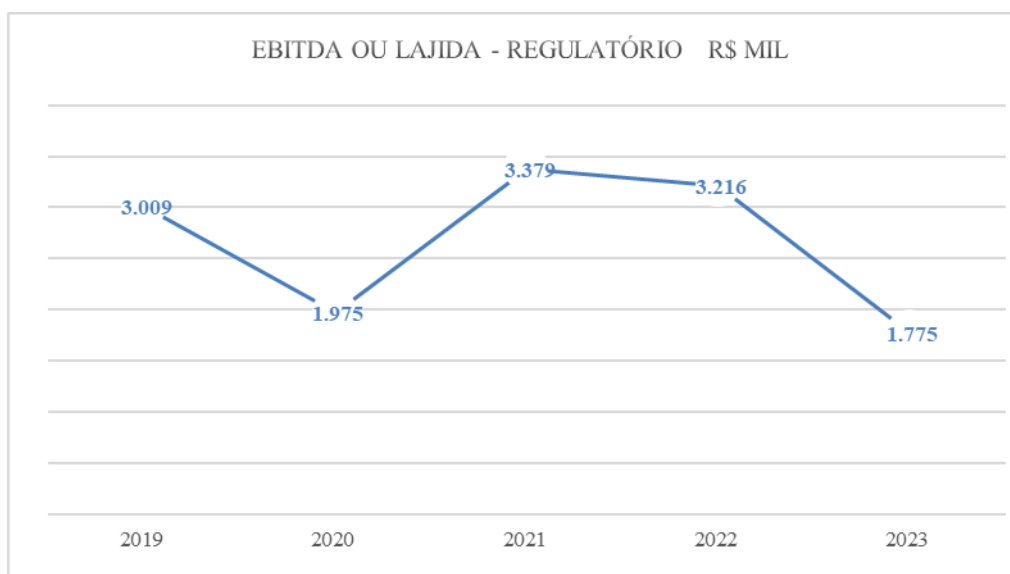
Demais ações:

Substituição de fibra óptica obsoleta do ponto a ponto entre a Usina e a Barragem

Instalações de câmeras de monitoramento na Barragem

Renovações de licenças Microsoft Office.

Desempenho econômico-financeiro - Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 1.063 mil, comparado com o de 2022 R\$ 2.400. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 28.635 mil, e em 2022 ficou em R\$ 29.292 mil. O EBITDA ou LAJIDA, Resultado do Serviço (DRE), adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 1.775 mil, inferior em 81,18% comparado a 2022, que foi de R\$ 3.216 mil.



Investimentos - Os investimentos realizados pela Concessionária em 2023 totalizaram R\$ 1.294 mil sendo que o maior incremento foi em máquinas e equipamentos para a distribuição de energia elétrica que representaram R\$ 1.167 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento.

Investimentos	2023	2022
Obras de Geração	120	9
Obras de Distribuição	1.167	1.188
Instalações Gerais	7	5
Total dos Investimentos	1.294	1.202

Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - RS Mil	RS Mil Nominais			RS Mil em moeda constante de 31/dez/2023				
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
AIS Bruto ¹	1.153	1.191	1.294	1.360	1.431	1.506	1.588	1.675
Transformador de Distribuição	100	142	435	446	457	468	480	492
Medidor	331	204	349	384	422	465	511	562
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	445	300	300	315	331	347	365	383
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	277	545	210	215	221	226	232	238
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(142)	(340)	(140)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(142)	(340)	(140)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2023R	2024P	2025P	2026P	2027P	2028P
Plano de Investimentos 2023	1.294	1.360	1.431	1.506	1.588	1.675
R\$ Mil	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P	
Plano de Investimentos 2022	1.255	1.269	1.120	719	927	
Diferença	3,1%	7,2%	27,8%	109,5%	71,3%	

MUXENERGIA em números			
Atendimento	2023	2022	%
Número de Consumidores	12.786	12.610	1,4%
Número de empregados	29	30	-3,4%
Número de consumidores por empregado	441	420	4,7%
Número de localidades atendidas	2	2	0,0%
Número de postos de atendimento	2	2	0,0%
Número de postos de arrecadação	18	18	0,0%
Mercado	2023	2022	%
Área de concessão (Km ²)	15,34	15,34	0,0%
Geração própria (GWh)	5	4	3,5%
Distribuição direta (GWh)	79	77	2,8%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.288	2.147	6,2%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	2023	2022	%
Residencial	830,01	754,44	9,1%
Comercial	830,01	754,44	9,1%
Industrial	830,01	754,44	9,1%
Rural	780,89	667,48	14,5%
DEC (horas)	3,35	1,47	56,1%
FEC (número de interrupções)	3,2	0,98	69,4%
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	25	25	-1,7%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	0	0	0,0%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	2,85	2,66	6,7%
Operacionais	2023	2022	%
Número de usinas em operação	1	1	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	207,65	205,676	0,96%
Capacidade instalada (MW)	36,47	35,08	3,96%
Financeiros	2023	2022	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	47.954	50.979	-6,31%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	30.132	31.485	-4,49%
Margem operacional do serviço líquida (%)	3,53%	7,62%	-116,07%
EBITDA ou LAJIDA	1.775	3.216	-81,18%
Lucro Líquido (R\$ mil)	1.063	2.400	-125,78%
Operacionais	2023	2022	%
Lucro líquido por lote de mil quotas	142	320	-125,35%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	16.861	18.836	-11,71%
Valor patrimonial do lote de mil quotas	2.248	2.511	-11,71%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	6,30%	12,74%	-102,10%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,00	0,00	
Em moeda nacional (%)	0,00	0,00	
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	
Indicadores de performance	2023	2022	%
Salário Médio dos Funcionários:	5.078,95	4.916,41	3,20%
Energia Gerada / Comprada(MWh) por Funcionário:	2.415,17	2.334,67	3,33%
Energia Gerada / Comprada(MWh) por Consumidor:	5,52	5,60	-1,40%

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos - No exercício de 2023, a Mux Energia creditou aos sócios a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 830 mil (R\$ 838 mil em 2022), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social.

Composição acionária - Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

Atendimentos aos quotistas - Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma Concessionária transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Concessionária e seus Quotistas.

Administração - Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux Energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da Concessionária a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a Concessionária investe continuamente em estrutura organizacional para o atendimento às mudanças exigidas pelo setor elétrico.

Gestão pela qualidade total – A Mux Energia possui o Certificado de Registro nº 61470 emitido pelo órgão certificador ABS Quality Evaluations. Em 2023 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é “Projeto e distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de medição, coleta de dados, apuração dos indicadores e das compensações relacionadas a tensão em regime permanente, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, das informações do cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida, bem como o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de ouvidoria.”. Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da Mux Energia em outubro de 2023.

Pelo 8º ano consecutivo a Mux Energia recebe o prêmio ANEEL de Qualidade, é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, é obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. Foram feitas 29.630 entrevistas em 105 distribuidoras, realizadas em 632 municípios. As Empresas mais bem avaliadas pelos consumidores recebem troféu, certificado e o selo. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional. Os resultados do Prêmio são utilizados para subsidiar o aprimoramento dos instrumentos regulatórios e a priorização das ações de fiscalização.

A Empresa recebeu também o Selo Ouro no Prêmio ANEEL de Ouvidorias categoria Pequeno Porte (até 100 mil unidades consumidoras), nos anos de 2017, 2018, 2020, 2021 e 2022 e Selo Prata no ano de 2019, premiação concedida pela ANEEL para as ouvidorias das distribuidoras que possuem as melhores estruturas de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento das reclamações registradas pelos consumidores na ANEEL.

As Concessionárias mais bem avaliadas, em ambos os prêmios, (Qualidade e Ouvidoria) recebem troféu, certificado e selo de qualidade. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional.

Responsabilidade Social - Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de Concessionária cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionando investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Mux Energia. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara, 19 de abril de 2024.

A Administração

ROGÉRIO ZIMMERMANN DÖOERING

DIRETOR PRESIDENTE

CPF - 467.985.280-15

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO
em 31 de dezembro de 2023 e 2022

ATIVO	Valores expressos em milhares de reais		
	Notas	2023	2022
Ativo Circulante		10.969	12.954
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.309	2.795
Consumidores	4	4.492	4.183
Serviços em Curso		689	522
Tributos Compensáveis	5 e 15	225	1.681
Depósitos Judiciais e Cauções		97	97
Almoxarifado Operacional		210	164
Ativos Financeiros Setoriais	6	1.286	2.560
Despesas Pagas Antecipadamente		592	811
Outros Ativos Circulantes		1.069	141
Ativo Não Circulante		20.885	22.984
Tributos Compensáveis	5 e 15	90	2.591
Ativos Financeiros Setoriais		344	-
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		482	429
Imobilizado	7	19.847	19.837
Intangível	8	122	127
TOTAL ATIVO		31.854	35.938
PASSIVO			
Passivo Circulante		8.160	8.835
Fornecedores		2.961	3.524
Empréstimos e Financiamentos		1.800	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas		498	440
Tributos		761	699
Encargos Setoriais		451	318
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio		893	713
Passivos Financeiros Setoriais	6	602	3.068
Outros Passivos Circulantes		194	73
Passivo Não Circulante		6.832	8.267
Encargos Setoriais		260	180
Tributos Diferidos		3.107	2.645
Obrigações com Consumidores	15	-	2.290
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	9	3.465	3.152
TOTAL DO PASSIVO		14.992	17.102
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	16.862	18.836
Capital Social	10.1	7.500	7.500
Outros Resultados Abrangentes	10.2	6.054	6.893
Reservas de Lucros		3.317	4.443
Quotas Próprias em Tesouraria		(9)	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.854	35.938

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
 CNPJ: 97.578.090/0001-34
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Valores expressos em milhares de reais		
	Notas	2023	2022
Receita / Ingresso	11	46.457	48.786
Fornecimento de Energia Elétrica		43.135	46.295
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		369	919
Serviços Cobráveis		108	99
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		2.845	1.473
Tributos		(11.151)	(12.627)
ICMS		(6.931)	(7.969)
PIS-PASEP/COFINS		(4.186)	(4.630)
ISS		(34)	(28)
Encargos - Parcela "A"		(6.671)	(6.867)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(144)	(147)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(136)	(147)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(6.359)	(6.540)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(32)	(33)
Outros Encargos		-	-
Receita Líquida / Ingresso Líquido		28.635	29.292
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(23.048)	(23.714)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(11.031)	(11.137)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição		(11.135)	(11.501)
Energia elétrica comprada para reevenda - Proinfa		(882)	(1.076)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		5.587	5.579
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(6.159)	(5.236)
Pessoal e Administradores	12	(3.297)	(2.942)
Material		(292)	(219)
Serviço de Terceiros		(684)	(697)
Arrendamentos e Aluguéis		(415)	(367)
Seguros		(16)	(15)
Provisões		5	(3)
(-) Recuperação de Despesas		35	31
Tributos		(32)	(38)
Depreciação e Amortização		(881)	(705)
Gastos Diversos		(582)	(281)
Outras Receitas Operacionais		1.496	2.192
Outras Despesas Operacionais		(30)	(23)
Resultado da Atividade		894	2.512
Resultado Financeiro		(471)	(106)
Despesas Financeiras		(1.007)	(904)
Receitas Financeiras		536	798
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		423	2.406
Imposto de Renda		(132)	(612)
Contribuição Social		(58)	(232)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		830	838
Resultado Líquido do Exercício		1.063	2.400

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REGULATÓRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de reais

	Notas	2023	2022
Resultado do Exercício		1.063	2.400
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Realização da Reserva de Reavaliação		497	212
Realização de Receitas UD ER Societária - Baixas		(128)	-
Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social		(155)	(39)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício Líquido de Impostos		214	173
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos		1.277	2.573

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Valores expressos em milhares de reais					
	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Quotas em Tesouraria	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	7.500	3.492	4.297	-	(30)	15.259
Dividendos Pagos	-	-	(1.500)	-	-	(1.500)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	3.574	114	-	-	3.688
Aquisição de Quotas Próprias	-	-	(30)	-	30	(0)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(838)	-	(838)
Realização da Reserva de Reavaliação Patrimonial	-	(212)	-	-	-	(212)
Tributos s/ ajuste de avaliação patrimonial	-	39	-	-	-	39
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.400	-	2.400
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	-	1.562	(1.562)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	7.500	6.893	4.443	(0)	-	18.836
Dividendos Pagos	-	-	(1.600)	-	-	(1.600)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(598)	(520)	520	-	(598)
Aquisição de Quotas Próprias	-	-	-	-	(9)	(9)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(830)	-	(830)
Realização da Reserva de Reavaliação Patrimonial	-	(435)	251	184	-	-
Tributos s/ Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	194	-	(194)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.063	-	1.063
Transf. para Reservas de Lucros	-	-	743	(743)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	7.500	6.054	3.317	(0)	(9)	16.862

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA REGULATÓRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Valores expressos em milhares de reais	
	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do Exercício	1.063	2.400
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa	841	677
Depreciação/Amortização	881	705
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40)	(28)
Redução (Aumento) de Ativos	3.624	(972)
(Aumento) Redução Consumidores	(310)	1.762
(Aumento) Redução Serviços em Curso	(168)	(193)
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	1.456	649
(Aumento) Redução Almoxarifado Operacional	(46)	(32)
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	220	(401)
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	373	1.585
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	2.099	(4.342)
Aumento (Redução) de Passivos	(2.110)	(2.179)
Aumento (Redução) Fornecedores	1.237	188
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	58	74
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais	62	(357)
Aumento (Redução) Encargos Setoriais	133	(835)
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	(2.166)	1.773
Aumento (Redução) Outros Passivos Não Circulantes	(1.434)	(3.022)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(1.465)	2.870
Aquisições do Ativo Imobilizado/Intangível	(1.294)	(1.205)
Reavaliação Regulatória Imobilizado Líquida	(839)	3.790
Baixas líquidas do intangível em serviço	148	145
Contribuição e Doações do Consumidor	520	140
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(2.439)	(2.368)
Pagamento de dividendos	(1.600)	(1.500)
Aquisição de quotas próprias	(9)	(30)
Juros sobre o capital próprio	(830)	(838)
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	(486)	428
Saldo inicial de caixa	2.795	2.367
Saldo final de caixa	2.309	2.795
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	(486)	428

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

01 - Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Concessionária é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Concessionária está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Concessionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, a concessão para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Concessionária pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Concessionária solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores Livres são aqueles que tenham exercido a opção de compra de energia elétrica, conforme as condições estabelecidas no art. 15 e no art.16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada dos referidos consumidores no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas

exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

02 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis Regulatórias. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Societárias da Concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativa em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma Concessionária e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

03 - Principais Políticas Contábeis Regulatórias

As políticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 - Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados

quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

3.2 - Imobilizado em serviço:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de outubro de 2022. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.3 - Imobilizado em curso:

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as Concessionárias de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

3.4 - Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de sua formação.

3.5 - Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Tais valores são amortizados pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.6 - Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para a conta de lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

A reavaliação foi registrada em 31 de outubro de 2022 com base em Laudo de Reavaliação elaborado por Avaliadora credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data base de 31 de janeiro de 2022.

3.7 - Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Concessionária é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita

operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos e financeiros fluirão para a Concessionária, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

04 - Consumidores

A Composição das Contas a Receber dos consumidores está assim representada:

Ativo Circulante

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2023	TOTAL 2022
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA							
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias				
Fornecimento de Energia	4.185	-	292	9	9	43	(46)	4.492	4.183	
- Residencial	1.323	-	220	5	5	27	(30)	1.550	1.144	
- Industrial	129	-	-	-	-	-	-	129	1.058	
- Comercial	829	-	59	4	4	14	(16)	894	705	
- Rural	7	-	-	-	-	-	-	7	10	
- Poderes Públicos	92	-	1	-	-	-	-	93	75	
- Iluminação Pública	50	-	-	-	-	-	-	50	66	
- Serviço Público	148	-	-	-	-	-	-	148	111	
- Serviço Taxado	8	-	6	-	-	1	-	15	14	
Consumidor Livre	647	-	-	-	-	-	-	647	150	
Outros Créditos	11	-	6	-	-	1	-	18	35	
- Fornecimento Não Faturado	941	-	-	-	-	-	-	941	815	
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	4.185	-	292	9	9	43	(46)	4.492	4.183	

Ativo Não Circulante

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2023	TOTAL 2022
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA							
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias				
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	620	(620)	-	-	
- Industrial	-	-	-	-	-	599	(599)	-	-	
Outros Créditos	-	-	-	-	-	21	(21)	-	-	
TOTAL	-	-	-	-	-	620	(620)	-	-	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor é considerado suficiente pela Administração da Concessionária para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

05 – Tributos Compensáveis

	2023	2022
Circulante		
ICMS a Compensar	-	177
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	76	77
Programa de Integração Social - PIS	26	39
PIS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	316
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	123	180
COFINS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	892
	225	1.681
Não Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	90	111
PIS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	276
COFINS - Crédito s/ exclusão do ICMS da Base de Cálculo	-	2.204
	90	2.591

ICMS s/Aquisições para o Ativo Imobilizado

O ICMS incidente sobre Aquisições para o Ativo Imobilizado são créditos fiscais referente à compra de bens destinados ao Ativo Imobilizado e relacionados à atividade fim da Concessionária.

Através da Lei Complementar 102/00, o crédito de ICMS passou a ser constituído e amortizado mensalmente na proporção de 1/48. O Decreto 50.756 de 2013 permite que os créditos sejam apropriados na proporção de 1/24 desde que as mercadorias sejam produzidas por Concessionária fabricante localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

PIS/COFINS – Crédito s/Exclusão do ICMS da Base de Cálculo

Em fevereiro de 2021, a Concessionária obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial, sob o nº 5009088-26.2018.4.04.7104, no qual foi reconhecido a mesma, o direito a repetição do indébito do PIS e da COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo, para o período compreendido entre janeiro de 2014 a fevereiro de 2021. A partir do pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil, ocorrido em maio de 2021, a Concessionária passou a compensar administrativamente referidos créditos com débitos vincendos administrados pelo referido órgão.

Referido crédito, é classificado entre ativo circulante e não circulante, sendo que a parcela do crédito classificada no ativo circulante é calculada considerando as projeções de débitos a serem compensados nos próximos doze meses. Vide maiores detalhes sobre a origem, natureza e acompanhamento do saldo na Nota Explicativa nº 15.

06 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais.

a) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcel A” - CVA.

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período entre Revisões e Reajustes Tarifários entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último Reajuste Tarifário Anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” se inicia logo após o final da vigência da Revisão Tarifária ou Reajuste, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Concessionária transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

b) Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

• Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - RS Mil	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	Saldo em 31/12/2023	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	2.133	(211)	(1.711)	5	86	-	301	(8)	236	301	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	1.206	(328)	(835)	1	-	-	44	(31)	73	44	-
Proinfa	118	(42)	(120)	(8)	50	-	(3)	(3)	-	(3)	-
Transporte Rede Básica	37	15	(22)	4	-	-	34	25	9	34	-
Transporte de Energia - Itaipu	97	56	(70)	7	-	-	90	47	42	90	-
ESS	87	166	(148)	5	-	-	110	(36)	75	110	-
CDE	588	(78)	(516)	(4)	36	-	26	(10)	37	26	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	427	316	(955)	8	-	1.189	985	670	315	985	344
PIS/COFINS s/ ICMS	-	-	(528)	-	-	1.189	661	661	-	661	344
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	426	308	(426)	7	-	-	315	-	315	315	-
Sobrecontratação de Energia	1	8	(1)	1	-	-	9	9	-	9	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	2.560	105	(2.666)	13	86	1.189	1.286	662	551	1.286	344

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - RS Mil	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	Saldo em 31/12/2023	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	(229)	136	(6)	(86)	-	(185)	(153)	(34)	(185)	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(66)	55	(1)	(50)	-	(62)	(62)	-	(62)	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	(163)	81	(5)	(36)	-	(123)	(91)	(34)	(123)	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(3.068)	(351)	3.234	(51)	-	(181)	(417)	(275)	(141)	(417)	-
Majoração PIS/Cofins	(2.220)	-	2.220	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	(222)	176	(4)	-	-	(50)	(50)	-	(50)	-
Sobrecontratação de Energia	(107)	-	107	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	(79)	-	70	-	-	(168)	(177)	(49)	(128)	(177)	-
Outros	(662)	(129)	661	(47)	-	(13)	(190)	(176)	(13)	(190)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(3.068)	(580)	3.370	(57)	(86)	(181)	(602)	(428)	(175)	(602)	-

07 - Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação e Outros	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	6.119	120	(71)	-	-	(25)	6.143	49	(2.138)	4.004	4.093	-	-	-
Terrenos	827	-	-	-	-	-	827	-	-	827	827	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2.212	108	-	-	-	-	2.320	108	(786)	1.534	1.473	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	545	-	-	-	-	-	545	-	(251)	294	305	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.528	12	(71)	-	-	(25)	2.444	59	(1.095)	1.349	1.488	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	7	-	-	-	-	-	7	-	(6)	-	-	-	-	-
Distribuição	25.177	1.168	(265)	-	-	(303)	25.777	903	(11.589)	14.187	14.119	5.142	(1.677)	3.465
Terrenos	2.001	4	-	-	-	-	2.005	4	-	2.005	2.001	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	726	-	-	-	-	-	726	-	(673)	53	65	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	21.588	1.164	(265)	-	-	(303)	22.184	899	(10.122)	12.062	11.920	5.142	(1.677)	3.465
Veículos	813	-	-	-	-	-	813	-	(746)	67	132	-	-	-
Móveis e Utensílios	49	-	-	-	-	-	49	-	(48)	1	-	-	-	-
Administração	1.992	7	(7)	-	-	(4)	1.988	0	(1.274)	714	725	-	-	-
Terrenos	638	-	-	-	-	-	638	-	-	638	637	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.017	-	-	-	-	-	1.017	-	(1.010)	7	15	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	127	7	(7)	-	-	(4)	123	0	(80)	43	44	-	-	-
Veículos	77	-	-	-	-	-	77	-	(77)	0	0	-	-	-
Móveis e Utensílios	133	-	-	-	-	-	133	-	(107)	26	29	-	-	-
Subtotal	33.288	1.294	(344)	-	-	(332)	33.907	952	(15.001)	18.905	18.937	5.142	(1.677)	3.465

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação e Outros	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas	
Geração	362	208	(129)	-	-	-	441	79	-	441	362	-	-	-	
Máquinas e Equipamentos	-	178	(12)	-	-	-	166	166	-	166	-	-	-	-	
Outros	362	30	(117)	-	-	-	275	(87)	-	275	362	-	-	-	
Distribuição	534	2.071	(2.105)	-	-	-	500	(34)	-	501	534	-	-	-	
Máquinas e Equipamentos	-	1.165	(1.165)	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	
Outros	534	906	(940)	-	-	-	500	(34)	-	501	533	-	-	-	
Administração	-	14	(14)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Máquinas e Equipamentos	-	7	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	7	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal	896	2.293	(2.248)	-	-	-	941	45	-	942	896	-	-	-	
Total do Ativo Imobilizado	34.184	3.587	(2.591)	-	-	(332)	34.848	997	(15.001)	19.847	19.832	5.142	-	1.677	3.465

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas de Reava-liação	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	11.416	1.164	(264)	-	-	9.867	22.183	900
Transformador de Distribuição	1.665	247	(40)	-	-	2.095	3.967	207
Medidor	1.509	190	(135)	-	-	744	2.308	55
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	3.031	186	(39)	-	-	1.535	4.713	147
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.191	541	(0)	-	-	512	3.244	541
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	3.020	-	(50)	-	-	4.981	7.951	(50)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(2.712)	(520)	-	-	-	(1.910)	(5.142)	(520)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(1.908)	(520)	-	-	-	(1.910)	(4.338)	(520)
Outros	(498)	-	-	-	-	-	(498)	-
Originadas da Receita	(306)	-	-	-	-	-	(306)	-
Ultrapassagem de demanda	(121)	-	-	-	-	-	(121)	-
Excedente de reativos	(185)	-	-	-	-	-	(185)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-

As taxas médias anuais de depreciação por atividade estão assim representadas:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	médias de depreciação	2023			2022
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração		6.142	(2.136)	4.006	4.096
Custo Histórico		2.260	(866)	1.394	1.392
Correção Monetária Especial	2,60%	-	-	-	-
Reavaliação		3.882	(1.270)	2.612	2.704
Distribuição		25.778	(11.592)	14.186	14.119
Custo Histórico		13.082	(5.052)	8.030	7.517
Correção Monetária Especial	4,45%	0	-	-	-
Reavaliação		12.696	(6.539)	6.157	6.602
Administração		1.987	(1.272)	715	726
Custo Histórico		237	(179)	58	61
Correção Monetária Especial	3,22%	-	-	-	-
Reavaliação		1.750	(1.093)	657	665
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		481	(44)	437	429
Custo Histórico		481	(44)	437	429
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		34.388	(15.044)	19.344	19.369
Em Curso - R\$ Mil					
Geração		441	-	441	362
Distribuição		500	-	500	534
Administração		-	-	-	-
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		941	-	941	896
		35.329	(15.044)	20.285	20.266

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	4	-	-	-	-	4
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	7	-	-	-	-	-	7
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	974	52	162	-	-	162	1.350
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	15	-	-	-	-	15
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	0	11	0	-	-	0	11
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	980	81	162	-	-	162	1.386

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)	
Gerador	3,33
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57
Reservatório, Barragens e Aduadoras	2,00
Turbina Hidráulica	2,50
Banco de capacitores	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Medidor	7,69
Regulador de tensão	4,35
Religador de tensão	4,00
Transformador de distribuição	4,00
Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de Informática	16,67

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 (revogado através do Decreto 10.810 de 27 de setembro de 2021), os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Atualmente, a Resolução Normativa Aneel 948 de 16 de novembro de 2021, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, e dispensa da obrigação de solicitar anuência prévia, determinando somente a manutenção de dossiê de desvinculação composto por documentos específicos, os quais deverão ser mantidos para posterior comprovação junto ao órgão regulador. Determina em caso de alienação dos respectivos bens, que o resultado deduzido os encargos incidentes sobre a receita da venda sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço foram:

Descrição do bem		em R\$ mil
1.	Extensão em BT e MT, com instalações de transformadores loteamento residencial - Martarelo e Lottici Ltda - (ODI 8571/23)	300
2.	Extensão em rede primária, secundária e instalação de transformador loteamento residencial "A casa é sua" - (ODI 8489/23)	113
3.	Muro de arrimo com placas de contenção de 12 cm, no lado direito do Canal com uma extensão de 46 metros lineares - (ODI 7623/21)	109
4.	Extensão em média e baixa tensão com instalação de transformador para atender loteamento residencial - (ODI 9027/23)	108
5.	Subst. de postes em MT/BT com deslocamento de transf. chave e rede devido desalinhamento com a via pública - (ODI 259/23)	45
6.	Extensão em média tensão com substituição de postes, separação de circuito e instalação de transformador - (ODI 2122/23)	41
7.	Separação de circuito com instalação de 02 Transf., substituição de poste e desativação de 01 Transf. (ODI 4746/23)	40
8.	Substituições de postes em média e baixa tensão, condutores de baixa tensão e transformador - (ODI 5869/23)	34
9.	Imobilização de medidores e ramais de ligação - (ODI 2798/23)	33
10.	Imobilização de medidores e ramais de ligação - (ODI 3604/23)	29

Principais baixas		em R\$ mil
Descrição do bem		em R\$ mil
1.	Reforma de um acoplamento ou conexão entre turbina e gerador - (ODD 6746/23)	58
2.	Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 3604/23)	12
3.	Desativações de medidores e ramais de ligação - (ODD 2022/23)	9
4.	Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 9773/22)	6
5.	Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 2798/23)	6
6.	Desativações de medidores e ramais de ligação - (ODD 1328/23)	6
7.	Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 4586/23)	4
8.	Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 5863/23)	4
9.	Substituição de transformador devido avaria em sua carcaça e seu radiador - (ODD 9016/23)	3
10.	Substituição de transformador avariado - (ODD 3612/23)	3

8- A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço											
Geração	59	-	-	-	-	-	59	-	(59)	0	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	59	-	-	-	-	-	59	✓	(59)	0	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Distribuição	378	-	-	-	-	-	378	✓	(275)	103	108
Servidões	66	-	-	-	-	-	66	✓	-	66	66
Softwares	242	-	-	-	-	-	242	✓	(242)	0	-
Outros	70	-	-	-	-	-	70	✓	(34)	37	42
Administração	19	-	-	-	-	-	19	-	-	19	19
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	19	-	-	-	-	-	19	✓	-	19	19
Subtotal	456	-	-	-	-	-	456	-	(334)	122	127
Ativo Intangível em Curso											
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Distribuição	-	✓	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	456	-	-	-	-	-	456	-	(334)	122	127

09 - Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - RS Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		3.232	-	1.910	5.142
Participação da União, Estados e Municípios	4,56%	39	-	-	39
Participação Financeira do Consumidor		2.389	-	1.910	4.299
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		498	-	-	498
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		306	-	-	306
Ultrapassagem de demanda		121	-	-	121
Excedente de reativos		185	-	-	185
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	
(-) Amortização Acumulada - AIS		(930)	-	(747)	(1.677)
Participação da União, Estados e Municípios		(25)	-	-	(25)
Participação Financeira do Consumidor		(640)	-	(747)	(1.387)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		(170)	-	-	(170)
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		(95)	-	-	(95)
Ultrapassagem de demanda		(37)	-	-	(37)
Excedente de reativos		(58)	-	-	(58)
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Total		2.302	-	1.163	3.465

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - RS Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
Em serviço	4.622	-	-	520	-	5.142	520
Participação da União, Estados e Municípios	39	-	-	-	-	39	-
Participação Financeira do Consumidor	3.779	-	-	520	-	4.299	520
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	498	-	-	-	-	498	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Outros	306	-	-	-	-	306	-
Ultrapassagem de demanda	121	-	-	-	-	121	-
Excedente de reativos	185	-	-	-	-	185	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	(1.469)	(129)	-	-	(79)	(1.677)	(208)
Participação da União, Estados e Municípios	(23)	(2)	-	-	-	(25)	(2)
Participação Financeira do Consumidor	(1.218)	(90)	-	-	(79)	(1.387)	(169)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(148)	(23)	-	-	-	(171)	(23)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(81)	(14)	-	-	-	(95)	(14)
Ultrapassagem de demanda	(32)	(6)	-	-	-	(38)	(6)
Excedente de reativos	(49)	(8)	-	-	-	(57)	(8)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	-	520	-	(520)	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	520	-	(520)	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.152	391	-	-	(79)	3.465	312

Principais adições Obrigações Especiais		
Descrição do bem		em R\$ mil
1.	Extensão em BT e MT, com instalações de transformadores loteamento residencial - Martarelo e Lottici Ltda - (ODI 8571/23)	299
2.	Extensão em rede primária, secundária e instalação de transformador loteamento residencial "A casa é sua" - (ODI 8489/23)	113
4.	Extensão em média e baixa tensão com instalação de transformador para atender loteamento residencial - (ODI 9027/23)	108

Principais adições Obrigações Especiais		
Descrição do bem		em R\$ mil
1.	Extensão em BT e MT, com instalações de transformadores loteamento residencial - Martarelo e Lottici Ltda - (ODI 8571/23)	299
2.	Extensão em rede primária, secundária e instalação de transformador loteamento residencial "A casa é sua" - (ODI 8489/23)	113
4.	Extensão em média e baixa tensão com instalação de transformador para atender loteamento residencial - (ODI 9027/23)	108

10- Patrimônio Líquido

10.1 - Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 7.500 Milhões, no valor de R\$ 1,00 por quota.

10.2 - Outros Resultados Abrangentes

Contempla a Reserva de Reavaliação referente ao Ajuste de Avaliação Patrimonial relativo à reavaliação compulsória estabelecida pela ANEEL. A reavaliação compulsória foi registrada em 31 de outubro de 2022, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por Concessionária credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária de 2022.

A movimentação ocorrida no exercício está assim representada:

Descrição	Valor
Saldo da Reserva de Reavaliação em 31/12/2022	6.893
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(598)
Realização da Reserva de Reavaliação em 2023	(435)
Efeitos dos Tributos sobre a Realiz. da Reserva em 2023	194
Saldo da Reserva de Reavaliação em 31/12/2023	6.054

11 - Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fornecimento - Faturado	12.778	12.603	51.972	63.492	36.638	43.879
Residencial	10.790	10.653	23.594	22.545	17.574	17.420
Industrial	1.804	1.766	10.191	21.923	6.065	12.891
Comercial	60	64	13.011	12.318	9.582	9.460
Rural	14	14	171	167	154	132
Poder público	86	82	1.216	1.160	942	913
Iluminação pública	5	5	1.690	3.369	720	1.512
Serviço público	19	19	2.099	2.010	1.601	1.551
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	4	3	26.941	13.182	6.538	2.658
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	4	3	26.941	13.182	6.538	2.658
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências					(168)	(107)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(110)	(53)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(58)	(54)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					126	(136)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					(442)	(664)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					(1.576)	(735)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					2.386	2.318
Serviços Cobráveis					107	99
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	2.847	1.473
Total	12.782	12.606	78.913	76.674	46.457	48.786

12 - Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2023	2022
Pessoal	2.769	2.413
Remuneração	1.713	1.468
Encargos	794	715
Previdência privada	-	-
Despesas rescisórias	18	-
Outros	244	230
Administradores	528	528
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	528	528
Benefícios dos administradores	-	-
Total	3.297	2.942

13 - Revisão e Reajuste Tarifário

13.1 Revisão Tarifária Periódica

A última Revisão Tarifária Periódica da Concessionária ocorreu em 22 de julho de 2022, e teve seu resultado homologado através da Resolução Homologatória nº 3.072, de 19 de Julho de 2022.

O resultado do processo de Revisão Tarifária Periódica de 2022 apresentou um reposicionamento médio das tarifas a ser percebido pelos consumidores de 7,19%, sendo de 10,61%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 5,03%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

De acordo com o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado entre a ANEEL e a Distribuidora em 09 de dezembro de 2015, a próxima Revisão Tarifária Periódica da Concessionária ocorrerá no dia 22 de julho de 2027.

13.2 Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as Concessionárias distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X.

13.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as data-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre os ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração apurada para a revisão tarifária de 2022.

Descrição	
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	20.951.890
(3) Obrigações Especiais Bruta	4.621.986
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.923.341
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	14.406.564
(6) Depreciação Acumulada	8.949.352
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	12.002.538
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	12.002.538
(10) Almoxarifado em Operação	126.367
(12) Obrigações Especiais Líquida	3.204.715
(13) Terrenos e Servidões	1.666.826
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)	10.591.016
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	10.591.016
(16) WACC antes de impostos	10,83%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	1.146.742
(18) Base Obrigações Especiais	4.621.986
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	2,34%
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	108.221
(24) Remuneração do Capital = (17)+(20)+(23)	1.254.963
(25) Taxa de Depreciação	4,34%
(29) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (25)	625.245

13.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI:

Descrição	Valores (R\$)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	3.682.422
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	1.657.090
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	441.891
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.583.442
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	174.690
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	87.050
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	384.486
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	646.226

13.5 Resumo da Revisão Tarifária.

Aplicando-se as metodologias definidas nos Módulos 2, 3 e 7 do Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que tratam do cálculo da revisão tarifária, do reajuste tarifário e da estrutura tarifária das Concessionárias de Distribuição de energia Elétrica, a Revisão Tarifária Periódica da Concessionária ocorrida em 22/07/2022 é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a

receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado:

	Receita Verificada (R\$)	Receita Requerida (R\$)	Variação	Participação na Revisão	Participação na Receita
PARCELA A [Encargos+Transmissão+Energia+RI]	26.853.419	31.891.866	18,8%	15,41%	84,5%
Encargos Setoriais	5.875.227	8.328.299	41,8%	7,50%	22,1%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	35.326	32.115	-9,1%	-0,01%	0,1%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (USO)	4.128.819	6.229.101	50,9%	6,42%	16,5%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Covid TUSD)	167.213	170.367	1,9%	0,01%	0,5%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Covid TE)	139.235	140.073	0,6%	0,00%	0,4%
CDE Modicidade Eletrobrás	-	(990.000)	0,0%	-3,03%	-2,6%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - EER	426.593	1.373.181	221,9%	2,90%	3,6%
PROINFA	684.819	1.076.201	57,2%	1,20%	2,9%
P&D, Efic.Energ e Ressarc.ICMS Sist.Isol.	293.221	297.261	1,4%	0,01%	0,8%
Custos de Transmissão	7.832.141	9.351.553	19,4%	4,65%	24,8%
MUST Itaipu	236.864	244.314	3,1%	0,02%	0,6%
Transporte de Itaipu	227.518	349.006	53,4%	0,37%	0,9%
Uso do sistema de distribuição	7.367.759	8.758.233	18,9%	4,25%	23,2%
Custos de Aquisição de Energia	13.127.549	14.192.821	8,1%	3,26%	37,6%
Receitas Irrecuperáveis	18.503	19.193	3,7%	0,00%	0,1%
PARCELA B	5.837.572	5.836.168	0,0%	0,00%	15,5%
Custos Operacionais	4.024.540	3.969.875	-1,4%	-0,17%	10,5%
Anuidades	574.596	632.514	10,1%	0,18%	1,7%
Remuneração	1.180.161	1.228.335	4,1%	0,15%	3,3%
Depreciação	558.903	611.978	9,5%	0,16%	1,6%
UD+ER+OR	(500.629)	(606.535)	21,2%	-0,32%	-1,6%
RT considerando a variação tarifária da RTE	32.690.991	37.728.034		15,41%	100%

14 - Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Concessionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Concessionária seguiu a regulamentação determinada pelo Órgão Regulador contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicação dos ajustes apresentados entre a contabilidade regulatória e a societária:

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

	Notas	Valores expressos em milhares de reais					
		2023			2022		
ATIVO		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo Circulante		10.969	(498)	11.467	12.954	(527)	13.481
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.309	-	2.309	2.795	-	2.795
Consumidores		4.492	-	4.492	4.183	-	4.183
Serviços em Curso		689	-	689	522	-	522
Tributos Compensáveis		225	-	225	1.681	-	1.681
Depósitos Judiciais e Cauções		97	-	97	97	-	97
Almoxarifado Operacional	14.1	210	(498)	708	164	(527)	691
Ativos Financeiros Setoriais		1.286	-	1.286	2.560	-	2.560
Despesas Pagas Antecipadamente		592	-	592	811	-	811
Outros Ativos Circulantes		1.069	-	1.069	141	-	141
Ativo Não Circulante		20.885	12.303	8.582	22.984	12.369	10.615
Tributos Compensáveis		90	-	90	2.591	-	2.591
Ativos Financeiros Setoriais		344	-	344	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	14.2	-	(740)	740	-	(527)	527
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia:		482	482	-	429	429	-
Investimentos		-	(482)	482	-	(429)	429
Imobilizado	14.3	19.847	19.847	-	19.837	19.837	-
Intangível	14.4	122	(6.804)	6.926	127	(6.941)	7.068
TOTAL ATIVO		31.854	11.804	20.049	35.938	11.842	24.096
PASSIVO							
Passivo Circulante		8.160	-	8.160	8.835	-	8.835
Fornecedores		2.961	-	2.961	3.524	-	3.524
Empréstimos e Financiamentos		1.800	-	1.800	-	-	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas		498	-	498	440	-	440
Tributos		761	-	761	699	-	699
Encargos Setoriais		451	-	451	318	-	318
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio		893	-	893	713	-	713
Passivos Financeiros Setoriais		602	-	602	3.068	-	3.068
Outros Passivos Circulantes		194	-	194	73	-	73
Passivo Não Circulante		6.832	6.572	260	8.267	5.797	2.470
Encargos Setoriais		260	-	260	180	-	180
Tributos Diferidos	14.5	3.107	3.107	-	2.645	2.645	-
Obrigações com Consumidores		-	-	-	2.290	-	2.290
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia	14.6	3.465	3.465	-	3.152	3.152	-
TOTAL DO PASSIVO		14.992	6.572	8.420	17.102	5.797	11.305
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.862	5.234	11.629	18.836	6.045	12.791
Capital Social		7.500	-	7.500	7.500	-	7.500
Outros Resultados Abrangentes	14.7	6.054	6.054	-	6.893	6.893	-
Reservas de Lucros		3.317	(821)	4.138	4.443	(848)	5.291
Quotas Próprias em Tesouraria		(9)	-	(9)	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.854	11.805	20.049	35.938	11.842	24.096

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA
CNPJ: 97.578.090/0001-34
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Valores expressos em milhares de reais					
	2023			2022		
	Nota Regulatória	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso	46.457	(1.230)	47.687	48.786	1.430	50.216
Fornecimento de Energia Elétrica	43.135	127	43.008	46.295	-	46.295
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	369	-	369	919	-	919
Serviços Cobráveis	108	-	108	99	-	99
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	2.845	-	2.845	1.473	-	1.473
Receita da Construção	14.8	-	1.357	-	1.430	1.430
Tributos	(11.151)	-	(11.151)	(12.627)	-	(12.627)
ICMS	(6.931)	-	(6.931)	(7.969)	-	(7.969)
PIS-PASEP/COFINS	(4.186)	-	(4.186)	(4.630)	-	(4.630)
ISS	(34)	-	(34)	(28)	-	(28)
Encargos - Parcela "A"	(6.671)	-	(6.671)	(6.867)	-	(6.867)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(144)	-	(144)	(147)	-	(147)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(136)	-	(136)	(147)	-	(147)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(6.359)	-	(6.359)	(6.540)	-	(6.540)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(32)	-	(32)	(33)	-	(33)
Outros Encargos	-	-	-	-	-	-
Receita Líquida / Ingresso Líquido	28.635	(1.230)	29.865	29.292	1.430	30.722
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	(23.048)	-	(23.048)	(23.714)	-	(23.714)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(11.031)	-	(11.031)	(11.137)	-	(11.137)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(11.135)	-	(11.135)	(11.501)	-	(11.501)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	(882)	-	(882)	(1.076)	-	(1.076)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	5.587	(1.230)	6.817	5.579	1.430	7.008
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	(6.159)	860	(7.020)	(5.236)	(1.218)	(6.454)
Pessoal e Administradores	(3.297)	-	(3.297)	(2.942)	-	(2.942)
Material	(292)	-	(292)	(219)	-	(219)
Serviço de Terceiros	(684)	-	(684)	(697)	-	(697)
Arrendamentos e Aluguéis	(415)	-	(415)	(367)	-	(367)
Seguros	(16)	-	(16)	(15)	-	(15)
Provisões	5	-	5	(3)	-	(3)
(-) Recuperação de Despesas	35	-	35	31	-	31
Tributos	(32)	-	(32)	(38)	-	(38)
Depreciação e Amortização	14.9	(881)	(379)	(502)	(705)	212
Gastos Diversos	(582)	(117)	(465)	(281)	-	(281)
Custo da Construção	14.8	-	1.357	-	(1.430)	(1.430)
Outras Receitas Operacionais	1.496	-	1.496	2.192	-	2.192
Outras Despesas Operacionais	(30)	-	(30)	(23)	-	(23)
Resultado da Atividade	894	(369)	1.263	2.512	212	2.723
Resultado Financeiro	(471)	-	(471)	(106)	-	(106)
Despesas Financeiras	(1.007)	-	(1.007)	(904)	-	(904)
Receitas Financeiras	536	-	536	798	-	798
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	423	(369)	792	2.406	212	2.617
Imposto de Renda	14.5	(132)	114	(246)	(28)	(640)
Contribuição Social	14.5	(58)	41	(99)	(232)	(10)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	830	-	830	838	-	838
Resultado Líquido do Exercício	14.10	1.063	(214)	1.277	2.400	173

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias

14.1 Almoxarifado Operacional

Os ajustes são decorrentes de materiais e equipamentos em estoque utilizado na construção da infraestrutura da concessão, que na contabilidade societária estão classificados no Ativo Circulante – Almoxarifado Operacional e na contabilidade regulatória estão registrados no Ativo não Circulante

– Imobilizado. Em ambos os casos estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

14.2 Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esse ativo a Concessionária possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Concessionária, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório e no preço das commodities relacionadas a infraestrutura. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo de concessão. Portanto na contabilidade societária tais valores são devidamente refletidos em atendimento ao disposto na ICPC 01 (R1), enquanto na contabilidade regulatória, não é requerido sua aplicação.

14.3 Imobilizado

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do ativo imobilizado vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Concessionária de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, em atendimento ao disposto na ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

14.4 Intangível

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional da Concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

14.5 Tributos Diferidos

Os ajustes são oriundos da não contabilização dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação do imobilizado na contabilidade societária.

14.6 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica com o saldo da rubrica Intangível, que é apresentado pelo seu valor líquido.

14.7 Outros Resultados Abrangentes

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado na contabilidade societária, a qual é registrada pelo seu valor líquido dos efeitos tributários.

14.8 Receita e Custo da Construção

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Assim sendo, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não sendo adotado, no entanto, para fins da contabilidade regulatória.

14.9 Depreciação e amortização

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária da depreciação e amortização incidentes sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado e intangível na contabilidade regulatória.

14.10 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório		
	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	1.277	2.573
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(214)	(173)
Ajuste Receita Ultrapassagem de Demanda /Excedentes de Reativos	127	-
Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória	(379)	(212)
Tributos Diferidos	155	39
Perdas na desativação de bens reversíveis - Reavaliação Regulatória Compulsória	(117)	
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	1.063	2.400

14.11 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório		
	2023	2022
Saldo societário do exercício	11.629	12.791
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	5.233	6.045
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	9.161	9.231
Tributos Diferidos -Reavaliação Regulatória Compulsória	(3.106)	(2.338)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(598)	(675)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(379)	(212)
Tributos Diferidos - reavaliação regulatória compulsória	155	39
Saldo regulatório no fim do exercício	16.862	18.836

15 - Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da COFINS – Restituição aos Consumidores

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio do processo nº 5009088-26.2018.4.04.7104, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 11/02/2021, adquirindo o direito de compensar os valores pagos a maior desde janeiro de 2014. Após o pedido de habilitação do crédito, passou, a partir de maio de 2021, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

A decisão transitada em julgado, autorizou a compensação dos valores pagos a maior desde janeiro de 2014. No entanto, com o julgamento pelo STF, dos Temas 885 e 881 e em razão da distribuição

da ação rescisória nº 5018628-94.2023.4.04.0000, e considerando que a empresa impetrou o mandado de segurança após março de 2017, o direito da empresa ficou restrito aos períodos posteriores a abril de 2017. Nesse sentido, houve uma redução dos montantes a compensar no valor de R\$ 2.310.324,85.

Face os diversos posicionamentos e entendimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL quanto a destinação dos créditos apurados, a empresa adotou entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial serão ressarcidos aos consumidores mediante mecanismos a serem definidos pela ANEEL. Dessa forma, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos Compensáveis) e Passivo (PIS/COFINS a devolver Consumidores).

Em 28 de junho de 2022, foi publicada a Lei 14.385/2022, que disciplina a destinação de valores de tributos cobrados a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, em razão da cobrança do PIS e da COFINS sobre o ICMS, reconhecida pelo poder judiciário como indevida.

A empresa já efetuou integralmente o repasse aos consumidores dos créditos apurados por meio de reduções nos reajustes tarifários homologados pela Aneel.

16 – CDE Modicidade Eletrobrás

Conforme Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047.

No decorrer desse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse referente ao exercício de 2023 ocorreu em 30 abril de 2023, no montante de R\$ 131.677,26 e o repasse referente ao exercício de 2022 ocorreu em 27 julho de 2022, no montante de R\$ 1.044.319,52.

ROGÉRIO ZIMMERMANN DÖERING

DIRETOR PRESIDENTE

CPF - 467.985.280-15

ROSANE ROVANI DE LINHARES

CONTADORA

CPF - 494.609.860-72



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Administradores e Quotistas da
Muxfeldt Marin & Cia Ltda
Tapejara - RS.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações regulatórias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Empresa com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa a cumprir os requisitos e determinações estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** elaborou um conjunto de demonstrações contábeis societárias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 18 de março de 2024, sem ressalvas.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de



auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 22 de abril de 2024.

BEZ Auditores Independentes Ltda
CRC PR 5.010/O-2



Marco Antônio Harger Luckmann
Contador CRC SC 023.456/O-6 T - PR